

Laços de família: um estudo sobre as relações de parentesco entre escravos na cidade do Rio de Janeiro, 1730-1814

Alessandra Silveira*

As relações de parentesco entre escravos nas freguesias rurais da cidade do Rio de Janeiro são o objeto desta pesquisa. O estudo desse tema desenvolveu-se no Brasil a partir da década de 1980, pela necessidade de um diálogo com trabalhos dos anos 60, que afirmavam a inexistência ou precariedade da família escrava, por motivos de natureza econômica ou sexual. Os escravos eram tidos como seres desprovidos de vontade própria, e por isso sem qualquer interesse em formar uma família. Além disso, o grande número de homens em relação ao de mulheres alimentou nesses pesquisadores a idéia de que uma escrava servia como parceira sexual de vários homens. As famílias formadas seriam fruto da concessão senhorial.

Essas idéias foram questionadas a partir da influência da historiografia norte-americana acerca da autonomia escrava e de uma nova metodologia de trabalho. Em linhas gerais, as novas pesquisas procuraram mostrar o escravo como agente social ativo, isto é,

responsável pela sua vida e com motivações próprias. Concomitantemente, o uso de novas fontes de pesquisa, como as de base cartorial – inventários *post-mortem* – e paroquiais – registros de casamento e batismo –, deu novos rumos ao estudo da família cativa no Brasil.

Até então, os historiadores baseavam suas pesquisas unicamente em relatos de viajantes que escreviam sobre os costumes brasileiros e que, no entanto, tinham um olhar bastante preconceituoso acerca da vida familiar/sexual escrava. É verdade que o tráfico negreiro – nosso grande fornecedor de mão-de-obra até 1850 – foi um agente desestruturador da população africana que aqui chegava, contribuindo inclusive para forjar essa visão dos viajantes sobre a família escrava brasileira. A lógica era trazer muitos homens adultos para o Brasil, o que levou à formação de uma demografia desequilibrada em termos sexuais e etários. Mas embora as dificuldades fossem imensas, os escravos conseguiam formar suas famílias.

Minha pesquisa insere-se nessa nova linha. Pretendo mostrar que os escravos não só tinham relações de parentesco, como estas eram estáveis no tempo. No projeto inicial, pretendia estudar a cidade do Rio de Janeiro como um todo entre os anos de 1730 a 1814. O objetivo era fazer uma comparação entre áreas urbanas e rurais, considerando que, no campo, os casamentos sacramentados pela Igreja

* Aluna do Programa de Doutorado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

eram mais freqüentes que na cidade. Mas esse tipo de comparação logo mostrou-se inviável, inclusive em função do tempo disponível para a conclusão do mestrado.

Minhas fontes básicas são os registros matrimoniais e de batismo entre escravos – encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – e inventários *post-mortem* de proprietários de escravos que foram batizados ou se casaram – localizados no Arquivo Nacional. O volume documental existente, especialmente no que diz respeito aos batismos, mostrou-se tão imenso que eu resolvi me concentrar em duas freguesias rurais do Rio de Janeiro importantes do ponto de vista econômico: Campo Grande e Irajá, importantes produtoras de cana-de-açúcar e de alimentos, respectivamente.

Na primeira parte da pesquisa, procurarei fazer uma amostragem das tendências mais gerais da demografia dos cativos, que em muito influenciavam a formação de suas famílias. Para esta parte do trabalho, utilizarei inventários dos proprietários que habitavam essas três regiões. Essa fonte contém uma listagem de todos os bens e a partilha dos mesmos entre os herdeiros. Como os escravos fazem parte dessa listagem, por constituírem um bem, os escrivães procuravam mostrar o seu nome, idade, naturalidade, profissão, preço, estado de saúde e o parentesco.

Alguns inventários contêm informações sobre as famílias escravas, tais como o acesso a um pedaço de terra para cultivo próprio, ou a obtenção de alforria para um de seus membros ou para toda ela, ou os “cuidados especiais” tidos com as “escravas paridas”, dentre outras. As partilhas contabilizadas nesses documentos são importantes na medida em que podemos ver aí o grau de estabilidade familiar dos escravos. Ainda é cedo para tirarmos conclusões, mas as fontes parecem indicar um alto grau de permanência

familiar no ato de partilha, especialmente entre os grandes proprietários.

Os assentos de casamento e de batismo são fontes mais simples. Na primeira há informações sobre o nome dos noivos, sua naturalidade, o nome das testemunhas – quase sempre dois homens, podendo ser ou não escravos –, o nome do proprietário dos noivos e o dos padrinhos, quando se tratava de cativos. Nos assentos de batismo encontramos o nome do batizado, se era criança ou adulto – e, nesse caso, sua naturalidade –, e o nome dos pais caso se tratasse de crianças. Muitas vezes o nome do pai é omitido e o estado civil da mãe é anotado como solteira. O nome dos padrinhos e sua condição civil também são registrados.

O cruzamento dos inventários com os registros de casamento poderá dar resultados muito interessantes. Poderemos ver, por exemplo, um registro matrimonial e, anos mais tarde, no inventário, o mesmo casal com filhos ou até mesmo netos.

Por último, a idéia é fazer estudos de caso. Para tanto, priorizarei os assentos de casamento e os inventários daqueles proprietários que mais levaram escravos para se casar. Nesse sentido, estão sendo pesquisados os registros de batismo da freguesia de Irajá, onde se constatou um grande número de famílias até então desconhecidas. O estudo da condição civil dos padrinhos e outras características também faz parte de minhas preocupações atuais. Pretendo mostrar que os escravos, especialmente os casais, preferiam também cativos como padrinhos de seus filhos. Isso reforça a idéia de que eles formavam uma comunidade, pois até agora vimos poucos homens livres e apenas um único caso em que o padrinho era o proprietário.

O estudo das relações de parentesco entre escravos tem o propósito de mostrar que, não obstante as dificuldades do cativo, os escravos

conseguiam encontrar mecanismos de sobrevivência. As famílias e as relações de amizade que deram origem ao

compadrio contribuíam para a melhoria das suas condições de vida, especialmente dos africanos recém-chegados.

(Recebido para publicação em maio de 1996).